



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

PROJETO DE LEI Nº , DE DE 2024
(Do Senhor Marcos Tavares)

Estabelece o direito dos consumidores com deficiência visual de solicitar contratos em braille, sem custo extra, visando garantir a acessibilidade e a inclusão nas relações de consumo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O presente projeto de lei tem como objetivo assegurar que consumidores com deficiência visual possam solicitar contratos em braille, sem custo adicional, garantindo a acessibilidade e a inclusão nas relações de consumo.

Art. 2º Para fins desta lei, consideram-se:

I. Consumidor com deficiência visual: pessoa com cegueira total ou baixa visão, conforme definição estabelecida pela legislação vigente.

II. Contratos em braille: documentos contratuais transcritos para o sistema de escrita braille, que permite a leitura tátil por pessoas com deficiência visual.

Art. 3º Direito à Solicitação de Contratos em Braille:

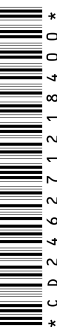
I. Fica assegurado ao consumidor com deficiência visual o direito de solicitar, sem custo extra, a disponibilização de contratos em braille para qualquer tipo de relação de consumo.

II. As empresas e prestadores de serviços devem garantir a disponibilidade de contratos em braille, sempre que solicitado pelo consumidor com deficiência visual.

Art. 4º Procedimento para Solicitação:

I. O consumidor com deficiência visual deverá comunicar a empresa ou prestador de serviços sobre a necessidade do contrato em braille no momento da solicitação do serviço ou na assinatura do contrato.

II. A empresa ou prestador de serviços terá o prazo máximo de 15 dias úteis para fornecer o contrato em braille ao consumidor, a partir da data da solicitação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 17/07/2024 13:04:19.030 - MESA

PL n.2931/2024

Art. 5º Penalidades:

I. O não cumprimento das disposições desta lei sujeitará a empresa ou prestador de serviços às seguintes penalidades:

- a. Advertência formal.
- b. Multa proporcional à gravidade da infração, conforme regulamentação específica.
- c. Obrigação de fornecer o contrato em braille no prazo de 10 dias úteis após a aplicação da penalidade.

Art. 6º Fiscalização e Controle:

I. A fiscalização do cumprimento desta lei será realizada pelos órgãos competentes de defesa do consumidor, em âmbito municipal, estadual e federal.

II. Os consumidores com deficiência visual poderão denunciar o descumprimento desta lei aos órgãos de defesa do consumidor, que tomarão as medidas cabíveis para assegurar o cumprimento das normas.

Art. 7º Divulgação e Conscientização:

I. O Poder Público promoverá campanhas de divulgação e conscientização sobre o direito dos consumidores com deficiência visual de solicitar contratos em braille.

II. As campanhas serão realizadas em parceria com associações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, utilizando mídias tradicionais e digitais.

Art. 8º Disposições Finais:

I. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

II. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de de 2024.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ





JUSTIFICATIVA

A proposta de garantir o direito dos consumidores com deficiência visual de solicitar contratos em braille, sem custo extra, é uma medida essencial para promover a acessibilidade, a inclusão e a igualdade nas relações de consumo.

Garantir que consumidores com deficiência visual possam solicitar contratos em braille é fundamental para promover a acessibilidade e a inclusão. Este direito assegura que todos os cidadãos, independentemente de suas condições visuais, tenham acesso às informações contratuais de maneira autônoma e independente, permitindo-lhes compreender plenamente os termos e condições dos contratos que assinam.

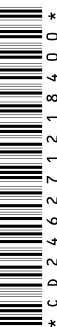
A proposta está alinhada com os princípios dos direitos humanos e da cidadania, que preveem a igualdade de acesso a bens, serviços e informações para todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. Prover contratos em braille é uma forma de garantir que as pessoas com deficiência visual tenham os mesmos direitos e oportunidades que os demais cidadãos.

A medida está em conformidade com a legislação brasileira, que reconhece e garante os direitos das pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência a igualdade de oportunidades e a acessibilidade em todos os aspectos da vida.

Disponibilizar contratos em braille permite que os consumidores com deficiência visual leiam e compreendam os documentos por si mesmos, sem a necessidade de depender de terceiros para obter informações contratuais. Isso promove a autonomia e a independência dessas pessoas, fortalecendo sua confiança e capacidade de tomar decisões informadas.

A proposta visa reduzir as barreiras que as pessoas com deficiência visual enfrentam no acesso a informações contratuais. A falta de contratos em braille representa uma barreira significativa que impede a plena participação dessas pessoas nas relações de consumo. Ao eliminar essa barreira, a medida contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A medida incentiva as empresas e prestadores de serviços a adotarem práticas mais inclusivas e socialmente responsáveis. Ao garantir que contratos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

em braille sejam disponibilizados sem custo extra, as empresas demonstram seu compromisso com a inclusão e a igualdade, contribuindo para uma imagem positiva e fortalecendo sua responsabilidade social.

A implementação desta lei também servirá para promover a conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência visual. Campanhas de divulgação e conscientização, realizadas em parceria com associações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, ajudarão a sensibilizar a sociedade sobre a importância da acessibilidade e inclusão nas relações de consumo.

A aprovação deste projeto de lei é essencial para garantir a acessibilidade, a inclusão e a igualdade nas relações de consumo para pessoas com deficiência visual. Ao assegurar o direito de solicitar contratos em braille sem custo extra, a medida promove a autonomia, a independência e a plena participação dessas pessoas na sociedade.

Esta iniciativa reflete o compromisso do Estado e da sociedade com a promoção dos direitos humanos e a construção de um ambiente inclusivo e acessível para todos.

Sala das Sessões, em de de 2024.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

Apresentação: 17/07/2024 13:04:19.030 - MESA

PL n.2931/2024

